



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS**

**O USO DO CÂNONE LITERÁRIO NOS MATERIAIS DIDÁTICOS E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE LEITOR**

KARLINE LIMA DE CARVALHO

Rio de Janeiro

2019



KARLINE LIMA DE CARVALHO

O USO DO CÂNONE LITERÁRIO NOS MATERIAIS DIDÁTICOS E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE LEITOR

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português/ Literaturas.

Orientador: Prof.^a Dra. Ana Crelia Dias

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

C331u Carvalho, Karline Lima de
O uso do Cânone Literário nos materiais didáticos e sua contribuição para formação do estudante leitor / Karline Lima de Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2019. 27 f.

Orientador: Ana Crélia Dias.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Bacharel em Letras: Português - Literaturas, 2019.

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Cânone (Literatura). I. Dias, Ana Crélia, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

KARLINE LIMA DE CARVALHO

**O USO DO CÂNONE LITERÁRIO NOS MATERIAIS DIDÁTICOS E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE LEITOR**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português/ Literaturas.

Orientador: Prof.^a Dra. Ana Crelia Dias

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra.

Convidada: Profa. Dra.

Convidado: Prof. Dr.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Ana Crélia, à Cila Borges, à Alessandra Fontes e à Inez de Castro pela acolhida e ajuda. Sem elas este momento não seria possível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do uso Cãnone Literário em sala de aula, através dos livros didáticos, conceitos e estudiosos do assunto, como Ítalo Calvino e Harold Bloom, tratará dessas questões importantes ao tentar definir o Cãnone e verificar seu uso em sala de aula nos materiais didáticos, além de explorar as implicações disso para formação do estudante leitor.

Palavras-chave: Cãnone Literário; Livro didático; Estudante leitor.

ABSTRACT

The present work aims to present an analysis of the use of literary canon in the classroom, through textbooks, concepts and subject scholars, such as Italo Calvino and Harold Bloom, to address these important issues when trying to define the Canon and verify its use in classroom in the didactic materials, in addition to exploring the implications of this for student reader training.

Key words: Literary Canon; Textbook; Student reader.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	p. 9
2	O CÂNONE	p. 11
2.1	CONCEITOS DE CÂNONE	p. 13
2.2	O CÂNONE NA ESCOLARIZAÇÃO	p. 15
2.3	O CÂNONE NO LIVRO DIDÁTICO	p. 17
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 22
	REFERÊNCIAS	p. 23
	ANEXO A - EDIÇÕES DO LIVRO "LÍNGUA E LITERATURA"	p. 25

1 INTRODUÇÃO

Hoje, com a popularidade da internet disponível em todos os locais, do mais populoso ao mais remoto, se pode ter acesso a muitos textos, há material escrito e publicado em excesso e isso traz a dicotomia do ter acesso ao texto, mas não ao conhecimento.

Mas essa situação é uma realidade contemporânea, pois Nunes (2015) explica que "durante a Idade Média, quando a Igreja ainda detinha grande poder, livros eram materiais de difícil acesso para a população mais simples, que era analfabeta em quase sua totalidade, e o conhecimento era restrito apenas para a elite".

No entanto quem é a população que tem total acesso a esses ambientes, aos textos hoje? Segundo o Instituto Pró-Livro, 76% dos brasileiros não frequentam bibliotecas. Dados da associação mostram também que 50% das pessoas com mais de 5 anos não praticam o hábito da leitura no Brasil – mais da metade diz que a falta de tempo é um dos principais motivos. (PAVARINI, 2014).

Um em cada quatro estudantes das redes públicas estaduais e municipais, como aponta dados do Ministério da Educação de dezembro de 2014, se encontra no nível mais baixo de avaliação do português. Além disso, outro grande problema do panorama da leitura e da escrita no País é a questão da interpretação. Alunos com 14 anos ainda têm dificuldades em identificar informações que estão tanto explícitas quanto implícitas em um texto. (NUNES, 2015).

Todos alunos em todas as escolas deveriam ter acesso ao livro impresso através do Livro Didático. Começo aqui falando mais genericamente da questão brasileira de acesso ao livro, que individualmente, é apenas o didático. Luiz Antônio Marcuschi em *Compreensão de texto: Algumas reflexões*, terceiro capítulo da terceira edição de 2005 do livro *O livro Didático de Português – Múltiplos Olhares*, nos chama atenção para que:

Salvo engano alguma mudança radical nos modelos de ensino existentes hoje, parece legítimo supor que numa época marcada pela comunicação eletrônica e pela entrada de novas tecnologias, o material didático continua sendo uma peça importante no ensino. (MARCUSCHI, 2005, p. 48).

Podemos dizer que há um diálogo interessante com o seguinte trecho do texto *Por que ler os clássicos de Italo Calvino em uma primeira edição*:

(...) a escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os “seus” clássicos. A escola é obrigada a dar-lhe instrumentos para efetuar uma opção:(...) (CALVINO, [s.d.], p. 13).

O modesto trabalho a seguir tratará dessas questões importantes ao **tentar definir o Cânone e verificar seu uso em sala de aula nos materiais didáticos**. Além de **explorar as implicações disso para formação do leitor**.

A análise comparativa das Unidades 16, 13 e Capítulo 12 do Material didático Língua e Literatura de Carlos Faraco e Francisco Moura em edições diferenciadas (1983, 1996 e 2013) evidenciará o papel do Professor nesse processo, sua responsabilidade no tratamento com os textos.

O problema da formação do Cânone não será deixado de lado: É possível a delimitação de uma literatura essencialista que percorra, com validade, todos os tempos históricos, uma vez que os valores se alternam tanto? Temos uma eleição (e conseqüentemente exclusão) de obras e escritores então quais os critérios para determinar que um texto deva ser canônico e quais instituições responsáveis pela criação e elaboração destes critérios?

Podemos esperar encontrar uma crítica que respeite a variedade e ofereça um saber acerca de por que algumas ficções valem mais que outras? A solução moderada busca um pluralismo.

2 O CÂNONE

Pretende-se nesse capítulo expor visões de estudiosos sobre o Cânone literário e apresentar alguns conceitos. O texto apresentado em sala de aula deve ser "Canônico ou não Canônico? Um grande impasse sobre o que se deve ou não ler na formação literária se instala de pronto quando dicotomizamos a relação entre texto canônico e o não canônico." (DIAS, 2016, p.214)

O termo veio a ser aplicado à literatura sob as formas de expressão “os clássicos” ou “as obras primas” sendo um discurso normativo e dominante. A Escola será fator determinante de fixação e transmissão do cânone e o livro didático será principal suporte para veiculação. Dias e Souza (2015, p.185) explicam que:

o cânone, como a origem do termo nos remete, é uma lista, tal qual foi nos primórdios dos escritos sagrados, em que agregam os textos construídos a partir de certos critérios e que atendem a certas expectativas de público, podemos alargar o seu alcance e dizer que temos hoje não apenas o cânone acadêmico como vigente, mas uma pluralidade deles, implicada de acordo com a intencionalidade da produção e a recepção dos leitores. O Cânone acadêmico, que costuma ser o único reconhecido como literatura legitimada, segundo uma perspectiva mais normativa, prioriza critérios estéticos na elaboração de suas listas.(...) Assim, desde o romantismo, o critério de validação estética tem sido a irrepetibilidade e a originalidade da forma. (DIAS, Ana Crélia; SOUZA, Raquel, 2015, p.185)

O Cânone assim ascende à condição de problema central, não só do campo de conhecimentos, como também da estrutura institucional que o suporta.

Todavia será um:

Fenômeno, que fez do Cânone simultaneamente um termo técnico e uma fonte de disputa que tem origens diversas (...) entre as quais a desvalorização da grande literatura como componente do capital cultural das sociedades pós-modernas (obrigada a competir com outros saberes e produtos culturais) a nova reivindicação da representatividade cultural por parte de estratos sociais discriminados (mulheres, minorias étnicas) e sua repercussão no meio acadêmico, a ascensão de modelos funcionalistas e relativistas dos conhecimentos na filosofia e outras áreas de saber. (DUARTE, 2009).

A Literatura será problematizada a partir da noção de Cânone da obra de arte imortal. Dá-se início a uma filosofia “descanonizante” que contribuiu para relativização do Cânone das grandes obras como defende Terry Eagleton (2006, p.16) quando diz que “tudo pode ser literatura e tudo o que é visto como inalterável e inquestionavelmente literário, Shakespeare, por exemplo, pode deixar de ser literatura”. Ele vai além quando reforça que:

Se hoje a literatura tem importância, isto se deve basicamente aos fatos de nela se ver, como ocorre a muitos críticos convencionais, um dos poucos espaços remanescentes nos quais, em um mundo dividido e fragmentado,

ainda é possível incorporar um senso de valor universal. (EAGLETON, Terry. 2006, p. 365).

Podemos encarar o Cânone sob duas perspectivas: objeto de investigação e tema de controvérsia.

Na primeira perspectiva o conceito de Cânone tem sido apropriado pelas teorias da literatura e da cultura nos quais servem para descrever um dos processos privilegiados de funcionamento de sistemas literários. A Teoria dos Polissistemas, desenvolvida em Israel por Itamar Even-Zohar¹, opera com conceitos de centro e periferia, na medida em que a literatura constitui um sistema que interage com outros sistemas no seio de um sistema cultural mais amplo .

Segundo Antonio Candido (2011) não se pode falar em sistema literário sem a continuidade e regularidade de produção e recepção proporcionada por um grupo de autores autoconscientes de seu papel, um público que reconheça socialmente a atividade dos primeiros e sem os quais a obra produzida não vive um mecanismo transmissor, que visualize materialmente

Finalmente a teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu divide o campo da produção literária em dois grandes subsistemas: o campo da produção restrita e o campo da produção em larga escala. No campo da produção restrita a ação sistêmica das casas editoriais, da crítica, dos prêmios literários, da escola é responsável pela consagração de autores e obras, isto é, sua canonização.

Na segunda perspectiva o Cânone é visto como instrumento de repressão e discriminação ao serviço de interesses dominantes. Surge nos anos oitenta com particular incidência nos EUA a imensa influência do discurso teórico na reestruturação dos estudos literários em parte por razões interdisciplinares, em parte por razões sociais (acesso de grupos étnicos e sexualmente definidos, afro americanos, os hispânicos, os homossexuais, as mulheres).

¹ Even-Zohar, Itamar. “The Function of the Literary Polysystem in the History of Literature”, in *Communication: Symposium on the Theory of Literary History*, Tel-Aviv (1970); idem: *Polysystem Studies* (special issue, *Poetics Today*, 11, 1) (1990); idem; “Polysystem Theory”, *Poetics Today*, 1, 1-2 (1979)

As posições são controversas. John Guillory², no livro *Capital Cultural* (1993) argumenta que a exclusão do cânone ocorre no nível dos meios de produção cultural. O ataque à tradição é um sistema de declínio das humanidades no mercado de valores culturais.

Para Kothe (1997, p.108) o "cânone não pretende ter uma estrutura, mas ser simplesmente a condensação dos textos selecionados da tradição e pela tradição, por causa de sua qualidade artística superior: o fundamento de sua poética é, no entanto, política".

Outra posição vem de setores conservadores das próprias universidades, de associações políticas e meios de comunicação social. A crítica propõe o regresso à pureza dos valores e vê dissolução moral e pedagógica das instituições escolares. Reforça:

a relação entre o público de leitores e os textos indicados pela universidade. (...) empenhando-se em fortalecer o cânone em seu lugar de literatura de prestígio, a crítica acaba por afastar mais ainda o leitor dele, uma vez que, não reconhece a experiência dos estudantes com toda gama de livros os mais variados que estão lendo, deixa de beneficiar-se da competência leitora que este tipo de texto promove. Além disso, o que é mais grave, parece favorecer certa tese de que ler o cânone não é mais necessário (DIAS, 2016, p.215) .

Harold Bloom é o mais influente e interessante porta voz da atitude pró-canônica. Ele defende a supremacia estética de um conjunto de obras constitutivas de um cânone ocidental. Outra posição ainda coloca a questão do clássico como submissão ao cânone ocidental ou arripio de originalidade?

Com o aprofundamento da Crítica à divisão alta/baixa arte e a imposição do paradigma Pós-Moderno (Modernismo, a vanguarda da cultura de massa em relações mútuas), os estudos culturais encontraram o espaço necessário para sua própria institucionalização acadêmica abalando os alicerces dos Estudos Literários como disciplina.

Os Estudos Literários para Bloom (1995) na sua conclusão elegíaca não sobreviverão ao redirecionamento do Literário provocado pelo que ele denomina "Escola do Ressentimento", composta por feministas, marxistas, neo-historicistas acadêmicos e semiotistas. O erro fundamental dessas escolas teóricas, na visão de Bloom, é fazer uma leitura política da Literatura, minando a primazia do estético. No entanto, Dias (2016, p.216) ressalta que "não podemos pensar que as experiências são contraditórias, reservando à elite o espaço da leitura canônica e ao leitor expropriado, ou oriundo de certas

² GUILLORY, John. *Cultural Capital: The Problem of Literary Canon Formation*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

especificidades socioculturais, a literatura comercial ou a específica de determinada realidade ou cultura".

Para Bloom, o Cânone Ocidental representa exercício da memória sem a qual o conhecimento não é possível. Na sua definição, o Cânone é a verdadeira arte da memória, a autêntica fundação do pensamento cultural.

2.1 O CONCEITO DE CÂNONE

O Cânone literário é um conjunto de obras e de autores considerados como patrimônio, seja da humanidade, do ocidente, de um determinado país, tema ou cultura por um valor inquestionável. Podemos dizer que

cânone implica “escolha”. Recorrendo a sua etimologia, “kanon”, em grego antigo, significava uma espécie de vara de medir, que ingressou no vocabulário das línguas românicas significando “norma” ou “lei”. Seu uso, inicialmente, no contexto de um cristianismo que buscava formar um corpo de crenças sólido e unificado, implicava a escolha de determinados textos em detrimento de outros (MARTINI, 2016, P.185)

Para Flávio Kothe:

O Cânone de uma literatura nacional é o conjunto dos seus textos consagrados, considerados clássicos e ensinados em todas as escolas do país. O termo "cânone" tem origem religiosa, e não é empregado por alusão gratuita, mas porque conota natureza "sagrada" atribuída a certos textos e autores, que assume caráter paradigmático e são considerados píncaros do "espírito nacional" e recolhidos num "panteão de imortais". (KOTHE, Flávio René, 1997, p.108)

Na condição de patrimônio vem a percepção de que há um dever de preservá-lo e transmiti-lo para as gerações futuras, “originalmente, o cânone significava a escolha de livros em nossas instituições de ensino” (BLOOM, Harold, 1995, p. 23).

Mas o que torna canônicos o autor e a obra? Harold Bloom afirma ser a estranheza, um tipo de originalidade que ou não pode ser assimilada ou nos assimila de tal modo que deixamos de vê-la como estranha

Quando se lê uma obra canônica, encontra-se mais um estranho, uma surpresa misteriosa, do que uma realização de expectativas. Assim lidos tudo que a Divina comédia, Ulysses, Paraíso Perdido têm em comum é seu mistério, sua capacidade de fazer-nos sentir estranhos em casa.

Cânone é tradição, é memória e não pode haver literatura canônica, forte sem o que Bloom denomina de influência literária, um processo aflitivo de sofrer e difícil de entender. O

fardo da influência tem de ser carregado, se se quer atingir e reatingir a originalidade dentro da riqueza da tradição literária. A grande literatura é sempre reescrever e revisar, e baseia-se numa leitura que abre espaço para o eu, ou que atua de tal modo que reabre velhas obras a nossos novos sofrimentos.

Por outro lado Ana Maria Machado em "Como e por que ler os clássicos universais desde cedo" em edição da Objetiva de 2002:

Creio que grande parte da vitalidade e permanência dos grandes livros não está em suas qualidades intrínsecas de forma acabada e fechada, mas no potencial de leituras que elas permitem. Daí que uma conversa sobre os clássicos não pode se confundir com uma lista do que deve ser lido, ou se limitar a uma defesa de por que eles devem permanecer entre nós. (...) Como ler – essa é uma grande questão (...) **Ler criticamente** é uma das **respostas**. (MACHADO, 2002, p. 98-99).

Estamos falando de Literatura, uma manifestação artística por meio de palavras, que se constrói em cima de elementos que vão se correspondendo de modo coerente e que aos poucos vão exigindo um edifício de sentido. Como decifrar os sentidos é um processo de formação de leitores, é uma extensão da alfabetização, é imagem e transfiguração da vida.

Antonio Candido em "Vários escritos" na quinta edição de 2011 também escreve sobre a grande Literatura:

Quando recebemos o impacto de uma produção literária, oral ou escrita, ele é devido a fusão inextricável da mensagem com sua organização. Quando digo que um texto (Canônico ou não) me impressiona, quero dizer que ele impressiona porque a sua possibilidade de impressionar foi determinada pela ordenação recebida de quem o produziu. Em palavras usuais: o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente uma capacidade de humanizar (...). (CANDIDO, 2011, p. 180).

Um exemplo do caráter humanizador da Literatura é o de Carol Jago (2004). Ela nos informa que, nos Estados Unidos, muitas Faculdades de Direito e de Medicina estão exigindo que os alunos estudem Literatura, pois segundo os diretores dessas instituições, “advogados eficientes e médicos eficientes precisam entender as necessidades e emoções humanas. Eles têm de aprender sobre o coração humano. Para esse conhecimento, a pessoa se volta para as histórias” (JAGO, 2004, p. 51).

Para a Doutora Rita Charon³, Professora de Humanidades na Faculdade de Medicina da Universidade de Columbia a Literatura permite a análise próxima, quase científica, de indivíduos que se sentem ameaçados. Ela realizou uma pesquisa sobre o que ela chama de

³ CHARON, Rita. Narrative Medicine: Honoring the Stories of Illness (Oxford University Press, 2006) <https://www.slowmedicine.com.br/narrative-medicine-honoring-the-stories-of-illness/>

“medicina narrativa”. Ela descobriu que o estudo da Literatura aguça a habilidade do estudante de medicina para compreender os sentimentos dos pacientes e para diagnosticá-los. Bons médicos sabem ouvir a história de um paciente e compreender o sentido das palavras e dos sons. Bons leitores fazem isso.

Gillian Lazar (1993, p. 7) nos lembra que a literatura não possui um tipo particular de linguagem, embora possa revelar uma incidência maior de determinados elementos linguísticos. E o professor precisa ajudar seus alunos a se familiarizarem com tais elementos.

Nesse sentido a separação entre português, redação e literatura não deixa dúvida de um ensino precário no qual a literatura tem sido abordada na escola como objeto de estudo, mas não tem sido vista como meio para desenvolver a capacidade do estudante de usar a língua. E o que parece mais marcante é que:

a polarização do discurso sobre o que se ler na escola, alocando o canônico e o não canônico em lugares diferentes, quase sempre marcados por prescrições de cunho social, parece não favorecer o processo árduo que é formar o leitor literário na escola brasileira. (DIAS, 2016, p.218)

E aí entra o papel da escola, pois é preciso argumentar que, embora haja mecanismos de exclusão, há obras que perpassam as tradições e a que todos devem ter direito de acessar e isso pode ser exemplificado por Ítalo Calvino (2009, p.13) que nos diz que "os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: 'Estou relendo...' e nunca “Estou lendo...” e ainda reforça essa ideia quando escreve que os clássicos são "aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-los." (2009, p.15).

2.2 O CÂNONE NA ESCOLARIZAÇÃO

O Cânone pode ser ponto de partida para aulas de literatura e, por que não, uma ferramenta de representação da tradição, desde que o professor tenha em mente, antes de tudo que se trata da representação de uma forma da tradição e um passado:

De fato as leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido.

Existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer enquanto tal, mas que deixa sua semente. (CALVINO, Ítalo, p. 16)

O professor deve desenvolver uma leitura múltipla, com a participação e confronto das referências do aluno. A escola deve e pode ser esse lugar onde as experiências entram em debate explorando não apenas autores sob diversos pontos de vista, mas estudando as contradições dentro de cada um. Observa-se que:

Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual. (CALVINO, Ítalo, p. 17, 2009)

Então que Literatura ensinar? Annie Rouxel (2013) responde em "Aspectos metodológicos do ensino da literatura":

Essa escolha é determinante para a formação de sujeitos leitores. Sabemos que o Professor deve levar em conta os programas e as prescrições oficiais, mas muitas vezes lhe é permitido escolher, de uma lista dada, as obras para ler e estudar em sala. (ROUXEL, 2013, p. 23).

Muito se discute sobre o cânone e o multiculturalismo. Algo como porque escolher determinadas obras em detrimento do conhecimento cultural local. Sabe-se que o "cânone escolar se forma, pois, em acordo com o mercado editorial e é responsável pela circulação quase exclusiva de determinadas obras e coleções no ambiente institucional da escola" (DIAS, Ana Crélia; SOUZA, Raquel, 2015, p.196)

Quando se exclui uma obra por não concordar com seu texto ou seu autor, censurando e criticando ou quando se inclui uma obra fornecendo prêmios ou divulgando sua publicação, através de uma boa crítica literária, cria-se uma batalha através desses mecanismos de escolha, tornando o cânone num registro parcial, determinando seu valor através de interesses e antagonismos ideológicos. Isto pois:

O constrangimento de pertencer a um país tão desigual não pode tornar o acesso ao cânone um tabu, atacado por quem defende o multiculturalismo e as questões sociais, e defendido como aura inacessível pela elite acadêmica. O *ethos* da literatura de Machado de Assis ou Guimarães Rosa compreende muito do povo. É evidente que pensar em domínio de complexidade literária, quando muitos leitores sequer conquistaram com propriedade a alfabetização, pode parecer um paradoxo. Entretanto, esse real não nos pode colocar em situação de litígio tal que o leitor fique sempre desabonado. Partir de um universo em que se preveja a leitura próxima do destinatário do processo não pode significar render-se apenas a ela, nem abrir mão de uma experiência estética em que o cânone literário é forte representante. Assim, aproximar o leitor dessa experiência tem de ser uma atitude de convicção em uma necessidade de alargamento de horizontes de sentidos, (...)Para o leitor comum, advoga-se o espaço da aproximação para

experimentação da obra a fim que a experiência coma a arte potencialize sua pulsão criativa, tão relegada (...)." (DIAS, 2016, p.217)

Dentre essa batalha, vislumbra-se a realidade de muitos estudantes que não possuem bibliotecas em suas escolas, ou ao menos não se permite acesso aos livros, por falta de incentivo governamental políticos, descontinuando atividades de incentivo à leitura, desfavorecendo às classes menos privilegiadas que não podem ir às livrarias. Exemplo marcante foi a inauguração da Biblioteca Parque Estadual na cidade do Rio de Janeiro, no local da antiga Biblioteca Pública do Estado em 2013. Ela foi fechada em 2016, por questões políticas e financeiras, foi reinaugurada em 2018 em nova gestão, mas o acervo está fechado ao público, a internet desligada e o horário foi reduzido⁴.

Por situações assim é que a ação do professor na escolha de determinados livros que conduzirão às leituras de seus alunos, torna-se importante. Dias e Souza (2015, p.198) refletem que a "escola, portanto, se não é mais um dos únicos espaços de mediação de leitura, é ainda um dos lugares de legitimação de um ou mais cânones literários".

Carol Jago dá um exemplo de como fazê-lo: "existe uma arte de escolher livros para estudantes. Primeiro eu procuro por méritos literários. sem isso, o romance não resistirá ao escrutínio ou valerá o investimento do tempo de aula" (JAGO, 2004, p.49).

Martini (2016, p.195) contextualiza um ponto importante para a discussão do cânone na sala de aula. De acordo com o autor "o Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) faz parte das políticas públicas de incentivo à leitura, tendo como objetivo a aquisição de obras literárias para compor o acervo das bibliotecas escolares do sistema público de ensino" porém não permite que sejam adquiridos para as escolas "obras em língua portuguesa que estejam em domínio público" (MARTINI, 2016, p.195). Diante dessa deliberação:

No entanto, é preciso que se diga que estar a obra disponível gratuitamente na internet não é o mesmo que estar acessível ao aluno. Este precisa ter um computador, ou tablet, ou algo que o valha para poder ler os arquivos disponibilizados, isso para não mencionar uma conexão com a internet para descarregá-los. Mesmo que se argumente que, na falta disso tudo, o aluno poderia ter acesso a esses livros gratuitos na escola, é preciso ter em mente que, para uma leitura extensiva, como a de um romance machadiano, é inviável que o aluno o faça no laboratório de informática da escola, caso ele exista e funcione, o que se sabe que nem sempre ocorre. (MARTINI, 2016, p.195).

⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/biblioteca-parque-volta-reabrir-mas-com-horario-reduzido-servicos-suspensos-22751069>

2.3 O CÂNONE NO LIVRO DIDÁTICO

‘Historiografia que é canonizada porque canoniza o Cânone’
Flávio Rene Kothe em "O Cânone Colonial", p. 12.

Ao ler muito sobre o Cânone, duas palavras são para mim recorrentes e importantes: tempo e memória (passado). Sendo assim, decidi escolher três edições do mesmo Livro Didático para perceber como ao longo do tempo os mesmos autores trataram um Cânone do Arcadismo Brasileiro Tomás Antônio Gonzaga. De acordo com Flávio Kothe:

Há em Gonzaga, o jurista e o poeta, o súdito luso e o emancipador brasileiro, aquele que procurava evitar conflitos para a corte e aquele que trabalhava para autonomia regional, o homem do período colonial e o brasileiro de um país independente, apaixonado sonhador e aquele que se escondia sob "frívolo pretexto do casamento" para fazer política, o homem culto e o marido de uma analfabeta, etc. No jurista pode-se ver o defensor da existência de Deus, da fidelidade absoluta ao rei, da indissolubilidade do casamento, do combate à "usura", mas também o homem preocupado com direitos superiores a qualquer sistema positivo, o defensor da diferença entre lei e privilégio, da utilidade pública, da liberdade, do Estado de Direito contra as truculências dos chefes militares e policiais. No poeta tem-se o imitador da forma arcádica européia e uma elaboração da experiência do seu tempo e meio, com visão prospectiva. O Cânone só ressalta seu lado mais neutro. (KOTHE, Flávio René, 1997, p.398).

Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura são licenciados em Letras pela Universidade de São Paulo, são Professores secundaristas e estão presentes nas três edições.

A terceira edição conta com mais um autor também licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo e também Professor secundarista. José Hamilton Maruxo Júnior é ainda Professor de idioma (Francês) e Pesquisador.

A primeira edição (na verdade a segunda edição do primeiro volume) é de 1983, a segunda (a décima sexta edição do primeiro volume) vem treze anos depois e é de 1996 e a última (a segunda edição do primeiro volume) é de 2013 (vigência até 2017); trinta e quatro anos depois da primeira.

A edição de 1983 se afasta das outras duas quanto à Iconografia quase inexistente e o que temos são telas de pintores Canônicos abrindo as Unidades em preto e branco. O restante é texto em preto e títulos em vermelho.

As outras duas últimas edições têm saltos qualitativos expressivos principalmente a última edição. As páginas são inundadas pelas cores, telas e textos coloridos.

O título Língua e Literatura estão nas duas primeiras edições enquanto a terceira assumirá como título e subtítulo Língua Portuguesa: Linguagem e Interação.

A presença do texto literário dar-se-á no início de cada unidade/capítulo e todas as edições abordaram o Cânone do Arcadismo Tomás Antônio Gonzaga.

Vejamos em cada edição abordagem, conceitos e definições.

Na edição de 1983 temos a seguinte abordagem:

- Texto Literário;
 1. Estudo do texto (Questões sobre o texto);
 2. Comunicação (Questões sobre Literatura, mais textos Literários);
 3. Leitura Suplementar (sugestão de leitura de bons textos nem sempre relacionada ao texto Literário);
 4. Gramática e
 5. Redação.

O Conceito do Livro é despertar no aluno o interesse pela leitura de textos e habilitá-lo a expressar-se com clareza. Procurou dispensar o mesmo tratamento ao ensino de Língua e Literatura.

O conceito de Literatura é o estilo de época. Partindo desse conceito cada movimento Literário aparece numa visão dupla e Intercomplementar: relação de cada estilo com o momento histórico em que predominou e a relação de cada estilo literário com o estilo predominante nas demais artes.

Os autores apresentam Tomás Antônio Gonzaga, com uma pequena biografia, data de nascimento e morte e demonstram duas produções suas: uma poesia lírica, no caso *Marília de Dirceu*, colocando-o como um eu-lírico pastor que se apaixona por Marília. Aponta a divisão dessa poesia lírica em duas partes e apresenta um trecho da Lira XXI; e a poesia satírica, destacando a obra *Cartas Chilenas* que foi um poema satírico que percorreu Vila Rica antes da Inconfidência, em forma manuscrita e anônima, com a transcrição de trechos da obra.

A edição de 1996 temos a seguinte abordagem:

1. Texto Literário
2. Comunicação
3. Gramática
4. Recursos de Estilo (mais teoria sobre a Literatura, possibilidades estilísticas da língua)
5. Redação
 - Em outras palavras (Texto não literário, imagens, etc.)

Reformulação da obra que continua a dispensar o mesmo tratamento ao material que serve como ponto de partida para o estudo da língua e Literatura no ensino médio.

Desdobramento do Estudo do Texto em dois itens – compreensão e interpretação -, além do acréscimo da seção Ponto de Vista.

A iconografia não será mero adorno adequando-se às demais mudanças.

A coleção sai com Manual para Professor, recurso que permitiu aos autores apresentar propostas de trabalho, todas testadas em sala de aula. Propostas essas bem escassas e modestas pois a maior parte do material é gabarito das atividades e exercícios presentes no livro.

Novamente os autores apresentam Tomás Antônio Gonzaga, com uma pequena biografia, data de nascimento e morte e demonstram duas produções suas: uma poesia lírica, no caso *Marília de Dirceu*, colocando-o como um eu-lírico pastor que se apaixona por Marília. Aponta a divisão dessa poesia lírica em duas partes e apresenta um trecho da Lira XXI; e a poesia satírica, destacando a obra *Cartas Chilenas* que foi um poema satírico que percorreu Vila Rica antes da Inconfidência, em forma manuscrita e anônima, **sem** a transcrição de trechos da obra.

A edição de 2013 temos a seguinte abordagem:

1. Texto Literário e não Literário
2. Para entender o texto
 - As palavras no contexto
 - Gramática textual
3. Literatura: Teoria e História
4. Linguagem Oral
5. Língua – Análise e Reflexão
6. Prática de Linguagem
7. Produção escrita
8. Para ir mais longe (Pesquisa)
 - Agora é com você! (Bibliografia, Filmes e Sites)
 - E a conversa chega ao fim (Mais textos e atividades propostas).

Nova reformulação da obra agora com a análise de textos Literários e textos de outra natureza (gêneros textuais) para compreender as relações que há entre a Linguagem que se

utiliza nas situações de comunicações do dia a dia e aquela que deve ser empregada em situações mais formais.

Os autores elaboram situações de comunicação organizadas de maneira a desenvolver um percurso de aprendizagem em cinco etapas:

Primeiro é a leitura dos textos a fim de desenvolver estratégias de leitura;

Em seguida dar-se-á o estudo das características desses tipos de textos;

Depois conhecerá as obras Literárias que tem relação com os textos estudados. Serão apresentadas diversas informações sobre os autores e o momento literário;

Propostas com a linguagem oral e os estudos de gramática e por fim;

A produção de texto.

Novamente os autores apresentam Tomás Antônio Gonzaga mais de trinta anos depois da edição 1983. Agora em Capítulo 12 intitulado Carta do Leitor. Seguindo a proposta do percurso de aprendizagem o capítulo dará ênfase às Cartas Chilenas de 1789 mas não deixará de apresentar a obra lírica, no caso *Marília de Dirceu*.

Ao comparar os três materiais, notamos que Tomás Antônio Gonzaga é apresentado de forma bastante superficial, mencionando-se rapidamente dados sobre sua vida, suas atividades sociais. Quanto à apresentação de suas obras, podemos perceber que todos os livros analisados apresentam basicamente uma obra como importante, que no caso é *Marília de Dirceu*, mencionando *Cartas Chilenas* de forma bastante abreviada e não mencionando em hipótese alguma a obra *Tratado de Direito Natural*, um tratado escrito por Gonzaga quando tinha 24 anos de idade. O que se pode observar é que todos os livros didáticos fazem uma seleção de textos semelhante, sem muitos acréscimos.

A literatura estava aí a serviço de legitimar a propriedade da terra, o latifundiário. Uma perspectiva diferente apresenta Tomás Antônio Gonzaga quando conjuga perspectiva não-portuguesa com luta por emancipação. Isso que é constitutivo do cânone decorrente da conjunção do discurso literário com o sistema do poder. (KOTHE, 1997, p.106)

No entanto na edição de 2013 temos a leitura literária. Há um aprendizado para poder ser entendida, conhecendo suas convenções e estudando as convenções básicas, desde o gênero Carta até as suas características.

Cito Flávio Rene Kothe em o "Cânone colonial" para descrever o lugar do cânone nos livros didáticos analisados:

O cânone pretende ser totalidade do consagrável, e a sua leitura institucionalizada pretende ser totalizante: (...). A totalidade é aquilo que nos escapa sempre: ela pode ser a meta, mas é dimensão do "fracasso" epistemológico. É preciso partir dessa impossibilidade metodológica: não há

cânone nem leitura definitivos, mas uma cadeia “infinita” de significantes. Esta tem, no entanto, uma estrutura, em que determinadas marcas fundamentais organizam uma “totalidade”. (KOTHE, 1997, p. 15).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de defender ou não defender os cânones literários, utilizar ou não utilizá-los não é uma situação simples e definida. Há muitos críticos e teóricos a levantar ambas as vertentes. As universidades pouco estudam os clássicos ou antigos, acabando por não trazê-los para as escolas.

Se a apropriação dos textos canônicos pelo material didático for canhestra caberá ao professor fazer a diferença e garantir o direito à Literatura (expressão de Antonio Candido) aos seus estudantes e “trabalhar sempre no terreno da transgressão possível” como as palavras da Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Crélia Dias.

É preciso considerar que talvez os estudantes só tenham acesso aos textos canônicos apenas através da escola e diante dessa dificuldade de acesso aos livros e à leitura literária a indicação de autores e títulos, além do trabalho de determinadas obras em sala de aula seria ponto de partida para o processo de formação do estudante leitor, livre, responsável e crítico.

Isso porque se o processo de canonização pode marginalizar as próprias obras consagradas como canônicas por inferir que elas excluem outras literaturas e outros grupos de escritos literários, pode também através da leitura crítica abrir novas discussões

O estudo da canonização é um meio de iniciar uma nova prática de aula, porque o professor tem a possibilidade de, através das obras canônicas da literatura que estiver em estudo na sala de aula, criar correlações com obras contemporâneas e propor a discussão da literatura e da cultura como um todo.

Estudar para desmistificar, embora as políticas (PNBE, ENEM) não estejam caminhando para isso. Ainda há muito para se discutir no sentido de incentivar e proporcionar a formação do leitor literário nas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CEIA, Carlos. “Clássico” s.v., E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coordenado por Carlos Ceia. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/classico/>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- DIAS, Ana Crélia Penha; SOUZA, Raquel Cristina de Souza e. O lugar do(s) cânone(s) na formação dos sistemas literários infantil e juvenil brasileiros. **Elos Revista de Literatura Infantil e Juvenil**, n. 2, p. 181-201, 2015.
- DIAS, Ana Crélia. Literatura e educação literária: quando a literatura faz sentido(s). **Revista Cerrados**, Brasília, Vol. 25, n. 42, 2016, p.210-228. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/cerrados/article/view/210-228/15647>>. Acesso em 20 mai. 2019.
- DUARTE, João Ferreira. “Cânone” s.v., 2009. E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coordenado por Carlos Ceia. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/?s=c%C3%A2none>>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Língua & literatura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983. v. 1.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Língua & Literatura**. 16. ed. São Paulo: Ática, 1996. v. 1.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; JÚNIOR, José Hamilton Maruxo. **Língua portuguesa: linguagem e interação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013. v. 1.
- JAGO, Carol. **Classics in the Classroom: Designing Accessible Literature Lessons**. Newmarket, ON: Pearson Education Canada, 2004
- KOTHE, Flávio Rene. **O cânone colonial: ensaio**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- LARANJEIRA, Delzi Alves. A literatura deslocada: o cânone e os estudos culturais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LITERATURA COMPARADA, 4. **Anais ...** p. 01-08.

LAZAR, Gillian. **Literature and Language Teaching: A Guide for Teachers and Trainers**. Cambridge (UK): Cambridge University, 1993.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: DIONÍSIO, A. P., BEZERRA, M. A. (Org.). **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

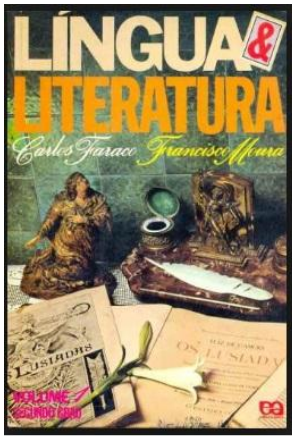
MARTINI, Marcus De. Ainda há lugar para os clássicos na escola? - o cânone e os documentos oficiais sobre o ensino de literatura. Em Tese, Belo Horizonte, vol. 22, n.3, se.-dez. 2016, p.183-202. Disponível em:
<www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/download/11414/10703>. Acesso em 04 abr. 2019.

NUNES, William. Dificuldades de um Brasil quase-leitor. **Revista Espaço Aberto**, São Paulo, USP, n.168, fev. 2015. Disponível em:
<<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=dificuldades-de-um-brasil-quase-leitor>>. Acesso em 15 mai 2019.

PAVARINI. 76% dos brasileiros não frequentam bibliotecas. **Livros só mudam pessoas: Blog**. out. 2014. Disponível em:< <https://www.livrosepessoas.com/tag/76-dos-brasileiros-nao-frequentam-bibliotecas/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ROUXEL, Annie; REZENDE, Neide Luzia de. Aspectos metodológicos do ensino da literatura. **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

ANEXO A - EDIÇÕES DO LIVRO "LÍNGUA E LITERATURA"



Língua e Literatura (Vol 1- 2ª grau)1983
 Carlos Emilio Faraco e Francisco Marto de Moura

Livro em Português (Brasil)

Editora: Atica
 Ano: 1983

